

Garantido terreno para camelôs

JORNAL DE BRASÍLIA

NILSON CARVALHO

LUÍSA MEDEIROS

A solução veio mais rápido do que se imaginava. Os camelôs da área central de Brasília poderão trabalhar no esperado shopping popular que será construído no local planejado, em um terreno de 20 mil metros quadrados ao lado da Rodoviária.

Depois de pesar a consequência da decisão, a União recuou e vai conceder novamente a área para o Governo do Distrito Federal. Por sua vez, o GDF se comprometeu a começar o mais rápido possível as obras de construção, previstas para o início do próximo mês.

O problema foi resolvido ontem durante uma reunião entre representantes do governo local e federal, autoridades e uma comissão formada por ambulantes, na Gerência Regional de Patrimônio da União (GRPU).

O gerente Carlos Otávio Guedes disse que o governo federal se sensibilizou com a situação dos aproximadamente dois mil ambulantes e optou por renovar o contrato rompido. "O governo teve que recuar porque sabe da importância da questão para as pes-

soas", afirmou ele.

A decisão foi recebida com palmas. Para o presidente da Associação dos Vendedores Ambulantes do Shopping Popular, Caio Donato, foi uma conquista para a categoria, que estava decidida a invadir pontos estratégicos do DF para pressionar. "Felizmente, o bom senso dos governos venceu", acredita ele. Caio anunciou que a próxima assembleia dos ambulantes será no terreno, no dia 26.

Até lá, a União terá encaminhado um ofício ao GDF, cancelando a retomada da área. O secretário de Infra-Estrutura e Obras, Genésio Tolentino, garantiu que o governo está pronto para iniciar as obras licitadas no início do ano.

CLÁUSULAS - A Via Engenharia é a empresa ganhadora. "Nos comprometemos a acelerar o processo", disse. Prevê-se que o shopping seja concluído até o final do ano. Serão beneficiados ambulantes que trabalham no Setor Commercial Sul, Gran Circular e na plataforma superior da Rodoviária do Plano.

Carlos Guedes explicou que o contrato de concessão



Drama de camelôs sensibilizou o governo federal, disse Guedes

da área foi cancelado porque o governo local não cumpriu o disposto na Portaria 312, de 11 de julho de 2002, que trata da cessão gratuita do imóvel.

Segundo ele, o artigo 5º do texto anula o contrato, caso as cláusulas não fossem cumpridas. Dentre elas, está a que determina que o início da obra seja executado em um ano após a publicação da portaria, ou seja, em 2003, e ainda, define que o empreendimento seja concluído três anos depois. "As obras não iniciaram e ninguém do GDF prestou explicações. Rompemos o contrato".

Além de romper, a União concedeu a área para o Ministério da Defesa, que manifestou interesse de implementar um setor habitacional no terreno, o Setor Oeste, destinado às classes média e alta.

O secretário de obras explicou que o atraso ocorreu durante a aquisição de verba e o licenciamento ambiental do empreendimento. No entanto, Genésio disse que o governo estava trabalhando contando com o prazo de validade, que se expirava só em julho deste ano. "Não imaginávamos que o terreno poderia ser retomado", conta ele.